



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico SRP nº __/2022 – Processo Administrativo nº 13058/2021

Área de Requisitante / Técnica	Gerência Administrativa e de Logística Operacional
Área de Apoio Administrativo	Gerência de Compras e Contratos – GCC

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante / Técnico	Viviane Vanessa de Sousa, matrícula 539
Integrante da Área de Apoio Administrativo	Henrique Pereira Soares, matrícula 975

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para **aquisição de bens patrimoniais diversos, tais como aparelho de refrigeração (ar condicionado, frigobar e purificador de água)**, para as unidades do Coren/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	CATMAT	QTDE TOTAL PARA REGISTRO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (UNITÁRIO)	VALOR ESTIMADO PARA REGISTRO
1	Aparelho de ar condicionado modelo Piso Teto - 22.000 a 24.000 BTUs: Tipo Split, com unidade condensadora externa; Equipamento com tecnologia “inverter”; Tensão: 220V; Ciclo: só frio; Controle remoto; Eficiência energética: Nota B, dada pelo PROCEL/INMETRO; Gabinete e chassi galvanizados; Cor: cinza ou branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Equipamento	355741	3	R\$ 3.705,19	R\$ 11.115,57
2	Aparelho de ar condicionado modelo Piso Teto - 36.000 BTUs: Tipo Split, com unidade condensadora externa; Equipamento com tecnologia “inverter”; Tensão: 220V; Ciclo: só frio; Controle remoto; Eficiência energética: Nota B, dada pelo PROCEL/INMETRO; Gabinete e chassi galvanizados; Cor: cinza ou branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Equipamento	441655	4	R\$ 9.400,00	R\$ 37.600,00
3	Aparelho de ar condicionado modelo Piso Teto - 60.000 BTUs: Tipo Split, com unidade condensadora externa; Equipamento com tecnologia “inverter”; Tensão: 220V; Ciclo: só frio; Controle remoto; Eficiência energética: Nota B, dada pelo PROCEL/INMETRO; Gabinete e chassi galvanizados; Cor: cinza ou branca. Garantia de 12 (doze) meses.	Equipamento	450747	3	R\$ 13.230,87	R\$ 39.692,61



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	CATMAT	QTDE TOTAL PARA REGISTRO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (UNITÁRIO)	VALOR ESTIMADO PARA REGISTRO
4	Aparelho de ar condicionado modelo Hi Wall - 12.000 BTUs: Tipo Split, com unidade condensadora externa; equipamentos com tecnologia “inverter”; Tensão: 220V; Ciclo: só frio; Controle remoto; Eficiência energética: Nota B, dada pelo PROCEL/INMETRO; Baixo nível de ruído; Gabinete e chassi galvanizados; Cor: cinza ou branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Equipamento	340440	12	R\$ 1.880,00	R\$ 22.560,00
5	Aparelho de ar condicionado modelo Hi Wall - 22.000 a 24.000BTUs: Tipo Split, com unidade condensadora externa; equipamentos com tecnologia “inverter”; Tensão: 220V; Ciclo: só frio; Controle remoto; Eficiência energética: Nota B, dada pelo PROCEL/INMETRO; Gabinete e chassi galvanizados; Cor: cinza ou branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Equipamento	340439	14	R\$ 3.590,00	R\$ 50.260,00
6	Aparelho de ar condicionado modelo Hi Wall - 34.000 a 36.000 BTUs: Tipo Split, com unidade condensadora externa; equipamentos com tecnologia “inverter”; Tensão: 220V; Ciclo: só frio; Controle remoto; Eficiência energética: Nota B, dada pelo PROCEL/INMETRO; Baixo nível de ruído; Gabinete e chassi galvanizados; Cor: cinza ou branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Equipamento	316530	4	R\$ 5.225,00	R\$ 20.900,00
7	Aparelho de ar condicionado modelo Cassete - 36.000 BTUs: Tipo Split, com unidade condensadora externa; Equipamentos com tecnologia “inverter”; Tensão: 220V; Ciclo: só frio; Eficiência energética: Nota mínima B, dada pelo PROCEL/INMETRO; Gabinete e chassi galvanizados; Cor: cinza ou branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses. * COTA PRINCIPAL (75%) DO TOTAL (exclusiva para MEs/EPPs)	Equipamento	448818	6	R\$ 11.000,00	R\$ 66.000,00
8	Aparelho de ar condicionado modelo Cassete - 36.000 BTUs: Tipo Split, com unidade condensadora externa; Equipamentos com tecnologia “inverter”; Tensão: 220V; Ciclo: só frio; Eficiência energética: Nota mínima B, dada pelo PROCEL/INMETRO; Gabinete e chassi galvanizados; Cor: cinza ou branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses. COTA RESERVADA – EXCLUSIVA PARA MEs / EPPs (Art. 48, III da LC 123/2006) - (25%) DO TOTAL – EXCLUSIVA PARA MEs / EPPs	Equipamento	448818	2	R\$ 11.000,00	R\$ 22.000,00



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	CATMAT	QTDE TOTAL PARA REGISTRO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (UNITÁRIO)	VALOR ESTIMADO PARA REGISTRO
9	Aparelho de ar condicionado modelo Cassete - 60.000 BTUs: Tipo Split, com unidade condensadora externa; Equipamentos com tecnologia "inverter"; Tensão: 220V; Ciclo: só frio; Eficiência energética: Nota mínima B, dada pelo PROCEL/INMETRO; Gabinete e chassi galvanizados; Cor: cinza ou branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Equipamento	239608	2	R\$ 13.900,00	R\$ 27.800,00
10	Refrigerador compacto, dimensões: 862x482x519mm (AxLxP), capacidade bruta de 120 litros, 110V ou 220V (a definir em cada solicitação), cor branca, degelo automático, possuir certificado do Inmetro e Selo Procel. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	Equipamento	431266	6	R\$ 1.399,90	R\$ 8.399,40
11	Purificador de água natural/gelada, modelo IBBL FR 600 ou equivalente: Gabinete em aço inox ou plástico resistente, cor branca, possibilidade de instalar por em parede fixação ou sobre móvel, ligado diretamente à rede hidráulica, dispensa o uso de garrações, gás R 134ª ou outro inofensivo à camada de ozônio, termostato de fácil acesso, tripla filtragem, torneiras de grande vazão totalmente desmontáveis, sistema de troca de refil de fácil operação, depósito de água de 3,3l em aço inox, tensão 127V ou 220V (a definir no pedido), medidas entre 300mm e 320mm de largura, 400mm e 420mm de altura e 340mm e 360mm de comprimento. - O produto deverá ser certificado pelo INMETRO. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A indicação do modelo deve-se a necessidade de padronização, possibilitando a uniformidade da compra de peças de reposição e de serviços de manutenção, tendo em vista que já existem equipamentos deste modelo em uso. Garantia mínima de 12 (doze) meses.		442106	10	R\$ 827,27	R\$ 8.272,70
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA REGISTRO DE PREÇOS: R\$ 314.600,28 (trezentos e quatorze mil seiscientos reais e vinte e oito centavos).						

*LC nº 123/2006, Art. 48, III – a lei indica a reserva de cotas de **ATÉ 25% para as compras que seriam destinadas à ampla concorrência**. Para o objeto aqui tratado, após a divisão do item único em dois itens para aplicação da cota, ambos resultaram em valores totais abaixo dos oitenta mil reais, sendo, portanto, de participação exclusiva para MEs e EPPs.

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência. Destaque-se que critérios estritamente técnicos foram considerados para definição das características essenciais e suficientes para Identificação clara dos materiais.

1.3. O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços firmadas será de 12 (doze) meses contados a



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

partir da data de assinatura dos respectivos instrumentos.

1.4. Não serão autorizadas adesões para as Atas decorrentes desta licitação.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Deve ser dada prioridade para bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.3. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

5.4. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens, para cada requisição, é de até **15 (quinze) dias corridos** contados da formalização da solicitação e recebimento do instrumento contratual e/ou Nota de Empenho pela Contratada.

6.2. Os bens deverão ser entregues nas unidades listadas abaixo, no horário compreendido entre 07h00 e 16h00, em dias úteis.

6.2.1. Havendo questões relativas aos prazos e condições de entrega ora estabelecidos, a Contratada poderá se comunicar-se com os responsáveis por cada localidade, por meio dos contatos constantes da tabela abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO	CNPJ	CONTATO
Sede	Al. Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01331-000	44.413.680/0001-40	tel.: (11) 3225-6338 - a/c Flávia ou Viviane e-mail: manutencao.predial@coren-sp.gov.br
Coren/SP Educação	Rua Dona Veridiana, 298 - Santa Cecília, São Paulo/SP - CEP: 01238-010	44.413.680/0010-31	tel.: (11) 3223-7261 - a/c Eduardo ou Catarina e-mail: eduardoh@coren-sp.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

UNIDADE	ENDEREÇO	CNPJ	CONTATO
Subseção Araçatuba	R. José Bonifácio, 245 - Centro, Araçatuba/SP - CEP: 16010-380	44.413.680/0006-55	tel.: (18) 3624-8783 - a/c Regina e-mail: regina.mori@coren-sp.gov.br
Subseção Botucatu	R. Braz de Assis, 235 - Vila dos Lavradores, Botucatu/ SP - CEP: 18609-096	44.413.680/0012-01	tel.: (14) 3814-1049 - a/c Ana Flávia e-mail: ana.roder@coren-sp.gov.br
Subseção Campinas	R. Saldanha Marinho, 1046 - Botafogo, Campinas/SP cep: 13013-081	44.413.680/0007-36	tel.: (19) 3237-0208 - a/c Victor Hugo e-mail: victor.hugo@coren-sp.gov.br
Subseção Guarulhos	R. Morvam Figueiredo, 65 - Centro, Guarulhos/SP cep: 07090-010	44.413.680/0013-84	tel.: (11) 2408-7683 - a/c Erika e-mail: erikac@coren-sp.gov.br
Subseção Itapetininga	R. Cesário Mota, 418 - Centro, Itapetininga/SP - CEP: 18200-080	44.413.680/0011-12	tel.: (15) 3271-9966 - a/c Milton e-mail: milton.moraes@coren-sp.gov.br
Subseção Marília	Av. Rio Branco, 262 - Alto Cafezal, Marília/SP - CEP: 17502-000	44.413.680/0003-02	tel.: (14) 3433-5902 - a/c Ana Laura e-mail: ana.laura@coren-sp.gov.br
Subseção Osasco	R. Cipriano Tavares, 130 sl 01 (térreo) - Centro, Osasco/SP - CEP: 03681-6814	44.413.680/0017-08	tel.: (11) 3681-6814 - a/c Jorge e-mail: jorge.borges@coren-sp.gov.br
Subseção Presidente Prudente	Av. Washington Luiz, 300 - Centro, Presidente Prudente/SP - CEP: 19010-090	44.413.680/0005-74	tel.: (18) 3221-6927 - a/c Ednelson e-mail: ednelsonn@coren-sp.gov.br
Subseção Ribeirão Preto	Av. Presidente Vargas, 2001 cj 194 – Jd. América, Ribeirão Preto/SP - CEP: 14020-260	44.413.680/0004-93	tel.: (16) 3911-2808 - a/c João Ricardo e-mail: joao.mazer@coren-sp.gov.br
Nape Santo Amaro	R. Amador Bueno, 328 sl 1 - Santo Amaro, São Paulo/SP - CEP: 04752-005	44.413.680/0014-65	tel.: (11) 5523-2631 - a/c José Donizete e-mail: donizetej@coren-sp.gov.br
Subseção Santo André	R. Dona Eliza Fláquer, 70 sl 31, 36 e 38 - Santo André/SP - CEP: 09020-160	44.413.680/0015-46	tel.: (11) 4437-4324 - a/c Elvis e-mail: elvis.missaka@coren-sp.gov.br
Subseção Santos	Av. Dr. Epitácio Pessoa, 214 - Embaré, Santos/SP - CEP: 14020-260	44.413.680/0002-21	tel.: (13) 3289-3700 - a/c Denise e-mail: denise.machado@coren-sp.gov.br
Subseção São José dos Campos	Av. Dr. Nelson D'Avila, 389 sl 141 e 142 - Centro S.J. Campos/SP - CEP: 12245-030	44.413.680/0008-17	tel.: (12) 3922-8419 -a/c Paulo e-mail: paulo.junior@coren-sp.gov.br
Subseção São José do Rio Preto	Av. Alberto Andaló, 3764 - VI Redentora, S.J. do R. Preto/SP - CEP: 15015-000	44.413.680/0009-06	tel.: (17) 3222-3171 - a/c Glaciélma e-mail: glaciélma.belga@corensp.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

UNIDADE	ENDEREÇO	CNPJ	CONTATO
Nape Sorocaba	Av. Washington Luiz, 310 sl 36 (3º andar) – Jd. Emília, Sorocaba/SP - CEP: 18031- 000	44.413.680/0018-99	tel.: (15) 3233-0155 - a/c Orsélío e-mail: orselio.junior@coren-sp.gov.br

6.3. Os bens serão **recebidos provisoriamente** no prazo de 5 (cinco) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento da execução contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta comercial.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão **recebidos definitivamente** no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Prover aos profissionais das empresas contratadas as orientações e autorizações de acesso necessárias para as operações de carga e descarga dos produtos, nas dependências do Coren-SP;

7.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de agente especialmente designado;

7.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, em que couber, as indicações referentes à marca, fabricante, registro, lote de procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. Prover seus funcionários das ferramentas e equipamentos adequados para a operação de carga e descarga dos produtos nas dependências do Coren-SP (carrinhos de transporte, luvas, paletes etc.), conforme o caso;

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual.

8.2. Os materiais a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação para este objeto.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com ou em outra Pessoa Jurídica, desde que sejam observados pela nova Pessoa Jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do Art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios (este último caso, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993).

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal/fatura, mediante depósito bancário para crédito, em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura no momento em que o Coren-SP atestar a execução do objeto do Contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em constar como operacionalizado o trâmite do pagamento (ordem bancária, depósito bancário ou transferência bancária).

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 10.520/2002, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. Cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste instrumento, no caso de inexecução total do objeto.

15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

15.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Coren-SP, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

15.2.6. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

15.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subtópico também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando houver ressarcimento pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções dos subtópicos **15.2.1**, **15.2.5**, **15.2.6** e **15.2.7** poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inc. III e IV, da Lei 8.666/1993, as empresas ou



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

profissionais que:

- 15.4.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.4.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.4.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5.** Para aplicação de quaisquer penalidades será aberto processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, conforme procedimento previsto na Lei 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/1999.
- 15.6.** As multas devidas e os eventuais prejuízos causados à Administração serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Coren-SP, ou deduzidos da garantia, ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 15.7.** O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente do Coren-SP.
- 15.8.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.10.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.11.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.12.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 16.1.** As exigências de **habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista** são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 16.2.** Os critérios de **qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 16.3.** Os **critérios de qualificação técnica** a serem atendidos pelos fornecedores serão:
- 16.3.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, em quantidade não inferior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo a ser registrado, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.4. A **proposta comercial** deverá considerar todos os custos inerentes ao fornecimento dos itens, apresentando, com clareza, o nome do fabricante, o modelo, Selo do INMETRO, quando exigido e outras informações aplicáveis e necessárias à perfeita caracterização dos bens a serem ofertados e deverá ser apresentada acompanhada dos seguintes documentos:

16.4.1. Ficha técnica e catálogo que contenham as especificações técnicas do produto para avaliação. O fornecedor deverá indicar no catálogo o(s) item(ns) a que ele se refere, sublinhando, grifando ou circulando o modelo e a referência, quando houver.

16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.1.1. Valores Unitários Máximos Aceitáveis e Globais, conforme tabela do subitem 1.1 supra.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas decorrentes da contratação serão acobertadas pelo seguinte Elemento de Despesa: 6.2.2.1.2.44.90.52.003 – Máquinas e Equipamentos.